



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

363

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	0.23 / 06 / 2020
C	
Rubrica	

Processo : 10880.014081/95-46

Acórdão : 203-06.286

Sessão : 27 de janeiro de 2000

Recurso : 105.366

Recorrente : ITACUMBI AGRÍCOLA E PASTORIL LTDA.

Recorrida : DRJ em São Paulo - SP

**PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL – NULIDADE DA DECISÃO –**  
Compete aos Delegados da Receita Federal, titulares de Delegacias especializadas nas atividades concernentes a julgamento de processos, os julgamentos em primeira instância de processos relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal. **Processo que se anula, a partir da decisão singular, inclusive.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:  
**ITACUMBI AGRÍCOLA E PASTORIL LTDA.**

**ACORDAM** os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em anular o processo, a partir da decisão singular, inclusive.** Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Mauro Wasilewski e Sebastião Borges Taquary.

Sala das Sessões, em 27 de janeiro de 2000

Otacílio Bantas Cartaxo  
**Presidente**

Lina Maria Vieira  
**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Daniel Corrêa Homem de Carvalho, Renato Scalco Isquierdo, Francisco Sérgio Nalini e Francisco Maurício R. de Albuquerque Silva.  
cl/ovrs



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

**Processo :** 10880.014081/95-46**Acórdão :** 203-06.286**Recurso :** 105.366**Recorrente :** ITACUMBI AGRÍCOLA E PASTORIL LTDA.

## RELATÓRIO

Recorre a contribuinte ITACUMBI AGRÍCOLA E PASTORIL LTDA., qualificada nos autos, proprietária do imóvel rural denominado "Fazenda Pontal", situado no Município de Itiquira- MT, com 2.998,8ha, registrado na SRF sob o nº 0334170.4, decisão da Delegacia da Receita Federal SP/Oeste, que julgou procedente o lançamento constante da Notificação de fls. 04, referente ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural ITR e Contribuições do exercício de 1994.

Devidamente científicada do lançamento, conforme documento de fls. 49, a interessada impugnou, tempestivamente, o feito, por meio do Arrazoado de fls. 01/03, requerendo revisão do lançamento em virtude dos valores lançados no ITR/94 não refletirem os contidos na Declaração Anual de Informações (Doc. fls. 48), apresentado à Receita Federal e relativo ao ITR/92. Pede, ainda, a anexação ao presente, do Processo de no. 10880.082896/92-51 e a suspensão da cobrança até ulterior decisão do feito.

O Delegado da Receita Federal em São Paulo/Oeste, proferiu a Decisão de nº 217/96 (doc. fls.52/53) indeferindo o pleito do contribuinte e determinando o prosseguimento da cobrança, facultando-lhe recorrer ao Egrégio Segundo Conselho de Contribuintes.

Científicada da decisão singular em 19.12.96 (Doc. fls. 54 v), a interessada interpôs, em data de 20.01.97, o Recurso Voluntário de fls. 57/59, alegando ser absurdo e irreal o imposto cobrado através da Notificação do ITR/94, pedindo seja o mesmo recalculado com base no ITR/92, cujo processo já foi julgado, declarando, por fim, que inexistem débitos anteriores, razão pela qual faz jus às reduções previstas no § 5º do art. 50 da Lei nº 4.504/66, com a nova redação dada pelo art. 1º da Lei nº 6.747/79, combinada com os arts. 8º e 11º do Decreto nº 84.685/80, reduções essas não contempladas na Notificação de fls.04.

A PFN não apresentou Contra-Razões, em virtude do disposto na Portaria MF nº 189/97.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : **10880.014081/95-46**  
 Acórdão : **203-06.286**

### VOTO DA CONSELHEIRA-RELATORA LINA MARIA VIEIRA

Como se vê do relatório, a impugnação apresentada pela contribuinte foi julgada pelo Delegado da Receita Federal em SP/Oeste, em data de 19.04.96, subindo os autos a este Egrégio Conselho, após interposição, pelo sujeito passivo, de recurso voluntário.

Tendo em vista a criação, através da Lei nº 8.748, de 09.12.93, das Delegacias especializadas em julgamento e, em observância aos preceitos expressos na Constituição Federal em seu art. 5º, incisos LIII e LV, de que “*ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente*”, e “*aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes*”, devem os autos serem apreciados e julgados pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento da jurisdição do contribuinte, conforme o disposto no art. 25 do Decreto nº 70.235/72, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 8.748/93, autoridade essa que receberá o recurso interposto às fls. 57/59, como impugnação, resguardando-se, assim, o duplo grau de jurisdição contido no Decreto nº 70.235/72.

Pelos motivos expostos, ~~conheço do recurso por tempestivo e, no mérito voto nos termos do art. 59 do Decreto nº 70.235/72, no sentido de anular o processo a partir da Decisão de fls. 52/53, para que outra seja proferida, na boa e devida forma, pela autoridade singular competente.~~

Sala das Sessões, em 27 de janeiro de 2000

LINA MARIA VIEIRA